

ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA

CNPJ Nº 68.311.216/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

ATIVO		PASSIVO	
31.12.04	31.12.03	31.12.04	31.12.03
CIRCULANTE	1.380.965,20	1.323.577,02	1.805.582,71
Caixa e Bancos	234.930,51	611.710,03	
Aplicações Financeiras	689.530,06	523.409,14	
Recuperar	183.662,22	10.890,84	
Adiantamentos a Fornecedores e Outros	266.921,60	175.311,45	
Despesas Antecipadas	5.920,81	2.255,56	
PERMANENTE	1.142.694,84	1.063.351,24	
Imobilizado	1.090.593,40	1.050.302,34	
Diferido	52.101,44	13.048,90	
TOTAL DO ATIVO	2.523.660,04	2.386.928,26	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em Reais)

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31.12.2002	2.087.535,87	669.316,81	2.756.852,68
Incorporação do Superávit	669.316,81	(669.316,81)	-
Déficit do Exercício	-	(2.175.507,13)	(2.175.507,13)
SALDOS EM 31.12.2003	(2.756.852,68)	(2.175.507,13)	581.345,55
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.920,81	99.828,67	99.828,67
Incorporação do Déficit	(2.075.678,46)	2.075.678,46	-
Déficit do Exercício	-	(218.141,36)	(218.141,36)
SALDOS EM 31.12.2004	681.174,22	(218.141,36)	463.032,86

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA, constituída em outubro de 1992 é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal, a elevação da qualidade de vida humana, através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil.

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As Demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas contábeis da Resolução CFC nº 877/00, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 10.19, a qual trata em específico dos aspectos contábeis das entidades sem finalidades de lucros.

3- RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 Os procedimentos contábeis adotados pela empresa na preparação de suas demonstrações, foram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a- Aplicações Financeiras
 As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

b- Demais Ativos Circulantes
 São demonstrados pelo valor de custo ou de realização.

c- Permanente
 Demonstrado ao custo de aquisição ou valor original, visto que a Associação não procedeu à correção monetária de balanços em exercícios anteriores. A partir de 31 de dezembro de 2002, a Associação procedeu a depreciação do imobilizado pelo método linear que leva em consideração a vida útil econômica dos bens, às taxas anuais mencionadas na nota 7.

d- Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo
 São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos

4- CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

4.1 - RECEITAS
 As receitas são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros (regime de caixa) e as receitas de aplicações financeiras são registradas, de acordo com o regime de competência.

4.2- DESPESAS
 As despesas estão registradas pelos seus valores originais, de acordo com a sua competência, em atendimento às exigências legais e fiscais e se referem a gastos necessários a manutenção da atividade da Associação.

5- CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS
 A Associação recebe contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas:

	31.12.04	31.12.03
Contribuições de Pessoas Jurídicas	1.138.394,37	85.224,76
Contribuições de Pessoas Físicas	35.628,61	8.169,93

6- AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES DO PODER PÚBLICO
 convênio firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo.

	31.12.04	31.12.03
Programa de Saúde Família - PSF/SUS/SP	24.217.958,47	17.996.140,74

A Associação recebeu auxílios e subvenções do Poder Público, de acordo com o termo de

7- PERMANENTE

7.1 - IMOBILIZADO

	Taxa anual de Depreciação %	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31.12.04 Líquido	31.12.03 Líquido
Equipamentos de Escritório	10	255.911,83	(60.416,52)	195.495,31	187.875,70
Equipamentos de Informática	20	270.885,74	(87.725,28)	183.160,46	112.676,17
Equipamentos Cirúrgicos	20	376.282,22	(99.379,37)	276.902,85	314.329,77
Equipamentos de Telefonia	10	3.860,00	(1.093,44)	2.766,56	3.152,48
Telefones	-	2.700,00	-	2.700,00	2.700,00
Imóveis	-	393.259,22	-	393.259,22	393.259,22
Benfeitorias	-	36.309,00	-	36.309,00	36.309,00
Obras em Andamento	-	-	-	-	-
		1.339.208,01	(248.614,61)	1.090.593,40	1.050.302,34

7.2 - DIFERIDO

	Taxa anual de Depreciação %	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31.12.04 Líquido	31.12.03 Líquido
Diferido	-	65.059,82	(12.958,38)	52.101,44	13.040,90
Softwares	20	65.059,82	(12.958,38)	52.101,44	13.040,90

8- PATRIMÔNIO SOCIAL
 O Patrimônio Social está composto pelos superávits ou déficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção da Associação.

SILVIA MARIA FRANCISCATO COZZOLINO
 Diretora Presidente

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em Reais)

	31.12.04	31.12.03
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25.701.956,08	18.842.985,43
Contribuições de Associações/Instituições	25.464.138,95	18.530.165,21
Contribuições do País	25.391.981,45	18.089.535,43
Contribuições no Exterior	72.157,50	440.629,78
Receitas Financeiras	237.817,13	306.790,22
Outras Receitas	-	6.030,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(25.920.097,44)	(21.018.492,56)
Despesas com Pessoal	(23.811.212,06)	(19.317.140,90)
Despesas Gerais	(2.056.906,81)	(1.510.647,36)
Despesas Financeiras	(47.153,02)	(189.399,84)
Despesas Tributárias	(4.825,55)	(1.304,46)
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(218.141,36)	(2.175.507,13)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 (Em Reais)

	31.12.04	31.12.03
A- ORIGENS DE RECURSOS	99.828,67	99.828,67
Das Operações:		
Superávit do Exercício	-	-
Valores que não afetam o Capital Circulante Líquido	-	-
Depreciação e Amortização	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	99.828,67	-
B- APLICAÇÕES DE RECURSOS	297.484,96	2.341.739,49
Déficit do Exercício	218.141,36	2.175.507,13
Valores que não afetam o Capital Circulante Líquido	-	-
Depreciação e Amortização	(105.474,02)	(82.387,17)
Aquisição de direitos do imobilizado ao Custo	138.297,80	243.771,53
Adições ao Custo no Ativo Diferido	46.519,82	4.848,00
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(197.656,29)	(2.341.739,49)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	31.12.04	31.12.03
ATIVO CIRCULANTE	57.388,18	1.482.546,70
No Fim do Exercício	1.380.965,20	1.323.577,02
No Início do Exercício	1.323.577,02	2.806.123,72
PASSIVO CIRCULANTE	255.044,47	659.192,79
No Fim do Exercício	2.060.627,18	1.805.582,71
No Início do Exercício	1.805.582,71	946.389,92
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(197.656,29)	(2.341.739,49)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ida Chedid Jafet, ocação: O "Edital sente Assembleia le, nos termos do antias & Seguros no final desta ata. Jura Campos Mello Estado do Rio de midade de votos, qual se situará na e o Estado do Rio funcionamento e Mesa ofereceu os ou suspensos os a sessão, foi lida, São Paulo, 15 de Beatriz de Moura Seguros S.A.: Garantias S.A., Cláudio Galvão 281.108/05-5 em

ministração, convocados Jhos, foi informado pelo tonio Soares aos cargos reunião, foi apresentado a Controladoria e Diretor ficando o Sr. Marcio Del multatadamente ao cargo que sejam eleitos novos asma sido aprovada por leral - Marcio Del Nero, brasileiro, casado, airo, casado, contador, eiro, casado, contador, lador RG 18.089.048-7 sado, administrador de 85 - c/jto. 62 - Alphaville, pois de lida e aprovada, dente; André Szajman-

cidade de São Paulo, er. Bairro de Moema, er. dos seus membros, urmiu a presidência da antônio C. Farrow Jr. - ção de endereço da filial al Aeroporto Campo de liberações Unânimes: livros do Conselho de is e Armazéns Gerais mo, CEP 11095-510, orto Campo de Marle, airo Parque Anhembi, do Estatuto Social da iaragem, localizada na ltnho, CEP 07140-617, mais havendo a tratar, mbros do Conselho de retário; e dos Membros o Sr. Adelson Fontes São Paulo, 19 de julho Antonio C. Farrow Jr. -

2005 le da Companhia, na Acionistas e Demais lente e Secretário da ida. 4. Convocação: eleia: a) Outorga de ora Brasileira Rural Grupo A, José Maria mpos Mello Almada, s Gimenés Garcia e as. 7. Encerramento: stalação. Nada mais resentes. São Paulo, secretária. Acionistas uto Galvão Barretto, da em livro próprio.

Ministério estende até dia 31 prazo para encaminhamento do Termo de Adesão ao Bolsa Família

Brasília - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estendeu até o dia 31 deste mês o prazo para os municípios encaminharem o Termo de Adesão ao Bolsa Família. A data inicial era 20 de setembro. A adesão ao programa é pré-requisito para as prefeituras receberem recursos destinados à atualização cadastral.

Cerca de 3.620 municípios brasileiros, o que corresponde a 65% do total, já encaminharam o documento. Os estados do Rio de Janeiro, Amapá, Rio Grande do Sul e Tocantins correm o risco de não receber o repasse para atualizar os cadastros até o final do ano, já que menos de 50% dos seus municípios enviaram ao ministério o Termo de Adesão. Em Alagoas (89%), Ceará (88%) e Piauí (87%) e Sergipe (83%) estão os municípios com maior índice de adesão.

Após aderir ao programa cada prefeitura recebe R\$ 6,00 por cadastro atualizado e válido, e por inclusão, nos casos em que o município não tiver preenchido o total de vagas correspondentes à estimativa da população que se enquadrar nos requisitos. A primeira parcela dos recursos é liberada dez dias depois da publicação do termo no Diário Oficial da União. Já foram publicados 1.490 termos e os demais estão sendo avaliados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do MDS.

O diretor de gestão dos Programas de Transferência de Renda do ministério, Antônio Claret, ressalta que, para enviar os termos de adesão, os municípios devem ter um gestor municipal que acompanhe a execução do programa e crie um comitê ou conselho para exercer o controle das ações implementadas. "Isso é fundamental para que tenhamos mais mecanismos para fiscalizar, acompanhar e controlar o programa", afirma Claret.

EDITAL DE PROCLAMA

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos exec Itikawa e Elsa Isocico Itikawa, expedido nos autos da Ação de Exec por Dolair Gonçalves. Processo nº 003.02.023177-9. O Dr. Alvaro Luiz Valery Mirra, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do do Jabaquara/SP, na forma da Lei, etc...